

DE ISTAMBUL AO RIO DE JANEIRO, AS LUTAS PELO COMUM NAS CIDADES REBELDES¹

PABLO DE SOTO (ET. AL)²

Eu tô lutando pelos 10% do PIB para educação e para saúde, assim como pelo aumento da frota e da fiscalização da capacidade máxima dos ônibus, que aqui não é controlado. Isso é muito importante para fazer imediatamente. Este grande garrafão de plástico cheio de água é para botar dentro as bombas de gás lacrimogênio. É para nos proteger do lacrimogênio, aprendi isso num video na Turquia. É da galera, um bem comum.³

Essas palavras de um manifestante num protesto em junho no Brasil exemplificam com dramática intensidade o conflito atual, em torno da reprodução da vida nas metrópoles contemporâneas. O modelo hegemônico neoliberal imposto pelas elites financeiras, – onde o sucesso do capital não vem acompanhado de desenvolvimento para a maior parte da população,

1 Artigo escrito a partir de texto coletivo num PAD online <<http://mappingthecommons.titanpad.com/112>> em que também participaram Bernardo Gutiérrez, Francine Tavares, Cael Coelho, Ingrid Machado, Rafael Rezende, Gabriel Nascimento, Erick Rianelli, Rafael Debetto, Joana Duarte, Flora Castro, Laura Bloch, Gabriel Nascimento, José Ricardo d' Almeida, Ana Fabricia Tomaszewski, Bia Martins, Clara Mayrink, Dani Naativa, Dayana Souza, Gabriela Pacheco, Julia Coelho, Laura Bloch, Mayara Caetano, André M. Gavazza, José Pérez de Lama, Daphne Dragona, Aslihan Şenel (todos são coautores deste artigo).

2 *Pablo de Soto*, atualmente doutorando na ECO-UFRJ, é arquiteto e mestre em arquitetura pelo Real Instituto de Tecnologia de Estocolmo. Cofundador da *hackitectura.net*, um laboratório com arquitetos, programadores, artistas e ativistas, e editor dos livros *Fadaiat: libertad de movimiento* e *Situation room: diseñando un prototipo de sala de situación ciudadana*. Atualmente, desenvolve o projeto *Mapping the commons*, sobre a relação entre bens comuns urbanos e as revoltas contemporâneas, tomando Atenas, Istambul e Rio de Janeiro como principais estudos de caso.

3 Documentário “Com Vandalismo”, *Nigeria Coletivo Audiovisual*, 2013. O manifestante é entrevistado num protesto em frente ao estádio Castelão, em Fortaleza (Ceará). (Fig. 1.)

– está sendo confrontado pelas revoltas que proliferam nas ruas de quase uma centena de países⁴, desde 2011, no novo ciclo de lutas inaugurado nos países árabes do Mediterrâneo.

Nessa encruzilhada, a velha distinção entre o privado e o público não é mais capaz de responder à questão fundamental de como compartilhar recursos vitais. O comum emerge ao mesmo tempo como o objeto – a demanda de mais recursos para os serviços públicos de saúde e educação – e como a forma de organização – as acampadas nas praças ou, no caso extremo, a garrafa de água que a multidão usa para defender-se do gás lacrimogênio. A cidade, seja Madrid ou Reykjavík, Cairo ou Oakland, se torna o cenário genérico dessa luta.

COMMONWEALTH COMO LABORATÓRIO

Mapping the commons (Mapeando o bem comum) é um projeto de exploração e representação do bem comum urbano que começou em Atenas⁵ no final de 2010, ano em que a Grécia perdeu a sua independência financeira. Meses após o primeiro memorando do FMI e a implementação das primeiras medidas de austeridade, a capital grega foi chamada a desempenhar um novo papel. Atenas foi convidada a se tornar a cidade “beta” da crise, a enfrentar, pela primeira vez na Europa, o impasse do capitalismo da doutrina de choque. A metrópole parecia vulnerável, mas também incansável, e seu território foi aquele em que formas antigas e novas de resistência e contra-práticas estavam prestes a ser formadas, mas também desafiadas.

Inspirado pelo pensamento de Hardt e Negri no livro *Commonwealth*⁶, a iniciativa *Mapping the commons of Athens* teve como objetivo estudar e empoderar essas formas emergentes de resistência e produção de riqueza social. Partimos da hipótese do *comum*, elaborado por eles sobre a idéia de que, em nosso mundo atual, a produção da riqueza e a vida social dependem em grande medida da comunicação, da cooperação, dos afetos e

4 CASTELLS, Manuel. Redes de indignación y esperanza. Los movimientos sociales en la era de Internet. 2013.

5 *Mapping the Commons of Athens* foi uma iniciativa proposta por Pablo de Soto e José Perez de Lama <<http://www.hackitectura.net>>, organizada por Daphne Dragona no Museo Nacional de Arte Contemporâneo de Grécia.

6 NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Commonwealth: el proyecto de una revolución del común*. 2009.

da criatividade coletiva. O *comum* compreenderia então os ambientes de recursos compartilhados gerados pela participação de muitos, e que constituem o tecido produtivo essencial da metrópole contemporânea. Se fizermos esta conexão entre o *comum* e a produção, poderemos pensar na economia política, no poder, nos rendimentos e nos conflitos.

O projeto adquiriu a forma principal de laboratório temporário, onde se encontraram ativistas, artistas, cientistas sociais e estudantes de diferentes disciplinas para explorar e discutir os bens comuns da cidade. Uma busca que tomou a forma de um processo de mapeamento. Entendemos o método da cartografia segundo o esquema proposto por Deleuze e Guattari, e do modo como artistas e ativistas sociais a tem usado durante a última década, como uma atuação que pode se converter em uma reflexão, uma obra de arte, uma ação social. Se a cidade é “a fonte do comum e o receptáculo no qual ele flui” como os filósofos discutem, uma cartografia dos bens comuns de Atenas (uma cidade em situação de crise) seria capaz de realçar suas dinâmicas vivas e suas possibilidades de mudança.

Com esse objetivo em mente, a equipe se deparou com um desafio interessante para rastrear a riqueza da metrópole. Para olhar além do “público” e do “privado” e voltar-se para os afetos, línguas, relações sociais, conhecimentos e interesses da população. Para construir uma cartografia com base nos bens comuns, que em grande medida são abundantes, fluidos e instáveis, era necessário tentar responder a algumas perguntas difíceis: pode o *comum* ser “localizado” na metrópole contemporânea? Que novas práticas de “fazer comum” ou economias sociais surgiram como resposta à crise? Como o *comum* está sendo protegido das privatizações e das políticas draconianas de austeridade? Quais são as vantagens e os riscos da produção desta cartografia em tempos de agitação e de rebeliões?

Os tipos de bens comuns mapeados em Atenas foram baseados na coletividade, sociabilidade e no compartilhamento, pois incentivam o acesso livre e aberto. O banco de dados criado foi rico e amplo, variando a linguagem como principal bem comum aos repositórios de software livre; de estacionamentos ocupados e convertidos em parques autogeridos – como Navarinou no coração da cidade – às plataformas digitais para *upcycling* de objetos; da raiva contra as instituições financeiras e sua expressão coletiva nas ruas à rede de milhares de nós abertos da rede *wi-fi* comunitária da cidade; da massa crítica de ciclistas que exigem vias que priorizem as pessoas e os ciclistas às plataformas de P2P e de compartilhamento de conteúdos digi-

tais; dos animais em liberdade como companheiros dos humanos ao grafite como expressão artística nas parades das ruas da cidade. Documentários de curta duração foram produzidos sobre os estudos de caso, formando parte de uma vídeo-cartografia interativa na internet.

A segunda edição do laboratório aconteceu em Istambul⁷, num momento em que a cidade estava sendo transformada radicalmente com megaprojetos e privatizações em larga escala, devido ao aumento das pressões das políticas e empreendedorisismos neoliberais. Os bens comuns urbanos tais como os espaços públicos, o direito de habitar na cidade, o direito de acesso à informação e à liberdade de expressão nesses processos, e os espaços verdes estavam sob ameaça de ser reduzidos, numa intensidade jamais vista. Novas leis criadas para transformar locais sob risco de desastre natural foram utilizadas pelas autoridades para demolir e reconstruir as áreas de habitação no centro de Istambul, desapropriando os inquilinos ou removendo-os para habitações na periferia. A lei anunciando a venda das florestas estaduais fez com que as terras comuns e bosques se tornassem vulneráveis ante o agressivo desenvolvimento imobiliário.

Na data do laboratório, em novembro de 2012, um enorme número de projetos começou a transformar espaços públicos, praças e parques em áreas de demolição para ser transformadas, posteriormente, em espaços privados. O Parque Gezi, na praça Taksim, era o epicentro geográfico e simbólico dessa destruição, onde duas centenas de árvores seriam cortadas para construir um shopping center. Esta assumiria a forma do antigo edifício do quartel militar otomano no local, para abrigar atividades culturais e comerciais controladas pela iniciativa privada. A praça Taksim, um dos lugares mais importantes para a participação cidadã e para o exercício do dissenso, foi transformada num canteiro de obras, para ser um espaço vazio, sem conteúdo. A vida foi esvaziada da praça, o cenário político das grandes manifestações estava à deriva devido ao longo prazo das obras, e dificilmente voltaria a existir após as alterações planejadas.

Nesse contexto, a oficina de mapeamento desempenhou um papel de intermediação, para compreender e revelar os conflitos em relação aos bens comuns de Istambul, levantar discussões em torno do próprio conceito de *comum* e, mais importante, participar da ação na cidade quando as lutas

⁷ *Mapping the Commons of Istanbul* foi coordenado por Pablo de Soto, em colaboração com Demitri Delinikolas e Aslihan Senel; e organizado na Escola Técnica de Istambul no contexto do *Festival Amber de Arte e Tecnologia*.

pelo *comum* estavam sendo realizadas, cartografando e produzindo vídeos desses momentos históricos. Para isso, o laboratório teve lugar inicialmente na rua, através, por exemplo, de entrevistas e filmagens em Fener-Balat-Ayvansaray, onde uma plataforma de discussão e ação foi criada com êxito contra a nova lei de transformação do espaço urbano. Em Tarlabasi, participando de uma festa de casamento curda na rua e de uma cozinha de apoio aos imigrantes. Na Universidade Técnica de Istambul, entrevistando professores e estudantes participantes de uma manifestação contra a desinformação e a censura televisiva dos protestos. E, claro, na praça Taksim, onde uma grande plataforma se articulava para defender o parque Gezi e a praça como o lugar da democracia da cidade, uma resistência que se transformou em acontecimento global poucos meses depois.

CIDADES REBELDES CONECTADAS

Não é Turquia, não é a Grécia, é o Brasil saindo da inércia!
Acabou a mordomia, o Rio vai virar uma Turquia!⁸

Antes de junho de 2013, essas frases seriam gritos improváveis, quase impossíveis. Depois de junho, qualquer pessoa que tenha participado nos protestos do Brasil reconhece nelas a voz das ruas. Os primeiros atos contra o aumento do passagem de ônibus organizados pelo Movimento Passe Livre em São Paulo colocaram a pauta da mobilidade urbana no centro do foco, e os jovens do Rio entraram numa forte sinergia global. Nessas mesmas duas semanas, as mídias sociais e os blogues ativistas tinham divulgado a formidável resistência do povo turco, na praça Taksim de Istambul. A luta popular contra a destruição do parque Gezi se tornou um ícone. E, de alguma forma, as lutas urbanas dispersas acharam seus gritos comuns. *Diren Gezi*, que significa “resistência Gezi”, entrou em contato com o movimento-coletivo Fica Ficus de Belo Horizonte. O movimento Salve o Cocó de Fortaleza gritava, “o parque Cocó é nosso parque Gezi”. Em São Paulo e no Rio, as ruas foram sendo ocupadas, entrelaçadas por seus gritos de guerra e palavras de revolta que viralizavam nas redes digitais.

8 Gritos nas ruas de Rio de Janeiro e São Paulo, nos atos contra o aumento nos dias 13 e 17 de junho de 2013.

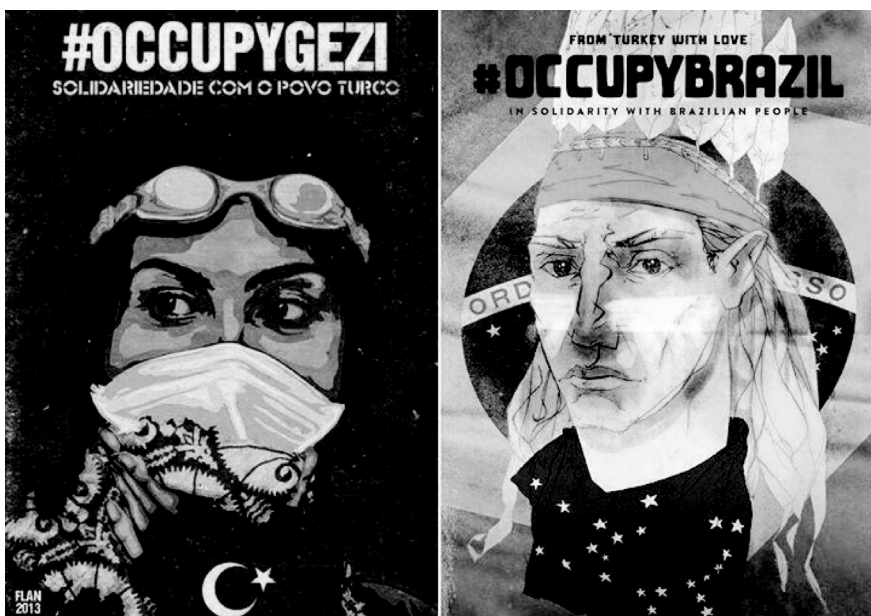
Por que, de forma tão súbita, as lutas urbanas ficaram interconectadas? Por que duas contas turcas de twitter apareciam no grafo de visualização de redes do primeiro grande ato do Movimento Passe Livre em São Paulo? Por que as bandeiras brasileiras estavam presentes no parque Gezi?

Sem ter respostas definitivas, a explosão das lutas no Rio de Janeiro a partir das jornadas de junho transformou a metrópole carioca no exemplo mais nítido das cidades rebeldes⁹ de que fala David Harvey. Do “Maraca é nosso” (a proposta contra a privatização do Maracanã) aos Comitês Populares da Copa, passando pela proliferação de aulas públicas e as ocupações temporárias, o espaço urbano e sua gestão/uso como bem comum adquiriu uma pulsão coletiva sem precedentes:

Mas quando arrombaram a porteira da rua, muitos outros desejos se manifestaram. Falamos de desejos e não de reivindicações, porque estas podem ser satisfeitas. O desejo coletivo implica imenso prazer em descer à rua, sentir a pulsação multitudinária, cruzar a diversidade de vozes e corpos, sexos e tipos e apreender um “comum” que tem a ver com as redes, com as redes sociais, com a inteligência coletiva. Tem a ver com a certeza de que o transporte deveria ser um bem comum, assim como o verde da praça Taksim, assim como a água, a terra, a internet, os códigos, os saberes, a cidade, e de que toda espécie de “enclosure” é um atentado às condições da produção contemporânea, que requer cada vez mais o livre compartilhamento do comum.¹⁰

9 HARVEY, David. *Ciudades rebeldes: del derecho de la ciudad a la revolución urbana*. 2012.

10 PELBART, Peter P. Anota aí: eu sou ninguém. *Folha de S. Paulo* 19/07/2013.



Cartazes de solidariedade do Brasil para a Turquia e da Turquia para o Brasil. Imagem via a Facebook Fan Page “International Solidarity with Occupy Gezi”.

Mapeando o Bem Comum do Rio de Janeiro foi proposto no calor dessa insurgência multitudinária, trazendo a experiência do aprendido em Atenas e Istambul. Realizar, pela primeira vez, o laboratório no continente sulamericano tinha enorme interesse, por ser um território da maior relevância e experimentação política e social na última década. Adicionalmente, o Brasil, como toda a América Latina, tem características históricas e presentes próprias em relação ao *comum*. Essas relações particulares começam com a linguagem, ainda que a língua portuguesa não tenha uma palavra exclusiva equivalente a “commons” (inglês) ou “procomún” (espanhol). Porém, a história de Portugal tem fatos, processos e métodos, ao redor da propriedade ou da gestão coletiva, que estão dentro do campo semântico dos “commons”. De fato, na Inglaterra e na Espanha, foram proporcionadas mais práticas ao redor da ideia de *comum*, ao longo da história, principalmente em termos de governança. Mas a história portuguesa muda no momento da expansão colonial. Foi no Brasil, terra de encontro de culturas africanas, indígenas e portuguesas onde as “práticas do comum” foram e são importantes.

Esse *comum* advém de tradições ibéricas (faixanais, rossios, propriedades comunais), da cultura afro (quilombos, criação cultural coletiva, proprie-

dades conjuntas) e indígenas (propriedade coletiva, malokas). Do mutirão ao conceito de ‘comunidade’ que substitui a palavra favela, o Brasil é um celeiro de práticas do *comum*. E de fato, como sabemos a partir das pesquisas de Elinor Ostrom, não “existe” bem comum sem uma comunidade que cuide desse *comum*. O “*commonning*” - as práticas do comum - é uma condição necessária da existência do bem comum.

No Rio de Janeiro, o mercado e o capitalismo estão castigando o bem comum sem piedade. O capital depreda o *comum*, transforma-o em mercadoria, seja uma música funk criada de forma coletiva e que acaba numa gravadora internacional - ou proibida, quando a Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) se instala numa favela - ou quando um espaço urbano coletivo é inserido na onda da especulação imobiliária. O *comum* é transformado numa grife, em mercadoria. Mas o poder público também pode ser um dos grandes inimigos do *comum* - como na privatização do Porto Maravilha, do Estádio do Maracanã ou através das remoções forçadas de favelas, como a Providência, Metrô-Mangureira ou a Vila Autódromo. Essas questões, no contexto de uma metrópole historicamente em estado de exceção como o Rio de Janeiro, foram o objeto do mapeamento.

O laboratório se desenhou como um processo orgânico, aberto, expandido que ultrapassara os muros da academia¹¹. As ferramentas adotadas são as mesmas que as empregadas pelos movimentos como o 15M ou Occupy: blogue¹², *pads*, *fanpages* e mapas, que incentivam o trabalho em equipe e o pensar coletivamente. O método¹³ do laboratório propõe utilizar parâmetros¹⁴ para caracterizar os bens comuns selecionados, que se tornam uma matriz comparativa *online* que é um das maiores inovações do projeto.

Quatro meses depois de ter começado, alguns resultados da pesquisa¹⁵ são apresentados a seguir, sobre a demanda da mobilidade urbana como direito do comum, o papel de um espaço físico central na sua relação com a de-

11 Como parte de um curso de extensão da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO- UFRJ), oferecida aos alunos de graduação e aberto a pessoas de fora da universidade.

12 O projeto Mapping the Commons acessível em <<http://mappingthecommons.net>>.

13 DE SOTO, Pablo; DELINIKOLAS, Demitri; DRAGONA, Daphne, DE LAMA, José; ŞENEL, Ashlan. *Mapeando el bien común urbano*. Un método paramétrico y audiovisual. 2013.

14 Os parâmetros básicos são: atores, processo, forma de gerenciamento; e conflito: a maneira pela qual o bem comum está ameaçado.

15 Os grupos do laboratório trabalharam também como bens comuns os memes da revolta (incluindo especialmente o caso de Amarildo) e a construção do imaginário infantil dos protestos, a partir de trabalho de campo realizado em várias escolas da cidade.

mocracia, e umas práticas de fazer comum que emergiu com a revoltas: as assembleias populares.

MOBILIDADE URBANA

Transporte é direito, não mercadoria. A frase reproduzida em centenas de cartazes durante os protestos contra o aumento das passagens não é trivial. Em praticamente todas as cidades do país, o serviço de transporte coletivo urbano é operado pela iniciativa privada. No Rio de Janeiro, há fortes indícios de que o sistema de transporte seja operado por um cartel, que detém o controle sobre os preços das passagens. Grandes financiadoras da campanha eleitoral do atual prefeito, as empresas de ônibus cobram essa fatura nos contratos, que prevêem uma sequência de aumentos nas tarifas - todas acima da inflação. A distinção entre o público e o privado se revela frágil em um contexto no qual se confundem os interesses das empresas e da própria prefeitura.

Enquanto o prefeito Paes anuncia os aumentos tarifários e o governador do estado, Sergio Cabral, utiliza um helicóptero para seus deslocamentos privados, a população sofre diariamente com ônibus precários, superlotação, atrasos e falta de segurança nos coletivos. Nos trens da Supervia, os usuários são tratados como gado. Nas barcas, o serviço foi privatizado em 1998 e, desde então, a maioria dos acordos estipulados nos contratos não foi efetivada. A travessia entre os terminais de Charitas e Praça XV é a segunda mais cara do mundo (fazendo-se um comparativo entre distância e preço total), ficando atrás apenas do passeio pela Estátua da Liberdade em Nova Iorque - lembrando que, no caso da travessia Rio-Niterói, não se trata de um passeio turístico, mas de um deslocamento pendular que centenas de milhares de trabalhadores e estudantes enfrentam cotidianamente. O transporte é hoje, de acordo com o IBGE, o terceiro maior gasto da família brasileira e mais de 37 milhões de pessoas não podem usar o transporte coletivo por não ter como pagar.

Nesse contexto, a afirmação do transporte público como direito se insurge contra o controle privado sobre o direito de ir e vir das pessoas. As lutas contra o aumento da passagem, que se amplificaram consideravelmente desde junho de 2013, colocaram em cheque a lógica mercantil que se encontrava, de um modo geral, naturalizada como algo evidente e imutável. Durante esse período de reivindicações, questionamentos e embates, foi

se consolidando a noção de que a mobilidade urbana diz respeito fundamentalmente ao nosso direito à cidade e de que o controle privado sobre o sistema de transporte restringe esse direito, impossibilitando uma grande parcela da população de circular livremente pela cidade.

Nesse sentido, a mobilidade urbana emerge como um *comum* no próprio processo de luta pela sua retomada. As manifestações, assembleias e ocupações que passaram a fazer parte do cotidiano da cidade, desde junho, sinalizam a produção do *comum* tanto como objeto dessas lutas coletivas, quanto como forma de organização, buscando proteger o comum das privatizações das parcerias público-privadas e, ao mesmo tempo, instituindo novas práticas de “fazer comum”. É interessante notar, nesse aspecto, a centralidade do tema da mobilidade nesses espaços de produção do comum. Além de estopim das primeiras manifestações de junho, as questões relativas à mobilidade vem atravessando e constituindo os espaços de construção (do) *comum*. Isso ocorre desde a primeira ocupação da Câmara Municipal, passando pelas mais criativas manifestações e intervenções pela CPI dos ônibus – OcupaÔnibus, Casamento da Dona Baratinha¹⁶, Baratox, para citar apenas algumas que ficaram mais conhecidas – até a organização, após o fracasso da CPI, de uma Comissão Popular de Investigação dos Ônibus.

Se os conflitos podem ajudar a localizar a existência de comuns em disputa, em 2013, as ruas do Rio e do Brasil deixaram muito claro que a mobilidade urbana é hoje um dos mais importantes comuns em processo de acirrada disputa contra os interesses do capital.

A CINELÂNDIA E A DEMOCRACIA

A Avenida Rio Branco, as ruas Araújo Porto Alegre, 13 de Maio e Evaristo da Veiga delimitam, no centro do Rio, talvez o maior ponto de encontro da cidade. Construída no início do século 20, sobre o terreno sagrado de um convento, para se tornar um antro cultural – a “Times Square tupiniquim” – a Cinelândia foi assim batizada porque receberia alguns dos primeiros cinemas da antiga *Companhia Cinematographica Brasileira*. Seu nome anterior, até hoje presente nas placas azuis das esquinas, é praça Marechal

¹⁶ Dona Baratinha foi uma ação de protesto artista durante o casamento da neta do empresário de ônibus do Rio.

Florianópolis, e seu primeiro ocupante, um empresário espanhol que, inspirado na Broadway novaiorquina, empreendeu ali uma série de cinemas, teatros e casas de show.

O tempo verticalizou a cultura de massa e sequestrou teatros e cinemas para cativeiros cheios de lojas e pontos de venda. Os *shoppings* levaram embora o Cine do nome, deixando apenas o resistente Odeon. Sobraram na praça os palácios. Biblioteca Nacional, Museu de Belas Artes, Teatro Municipal e Câmara dos Vereadores. Toneladas de mármore, pedra e pomposidade cercados por grades e feitos para poucos. Incongruentes com a potência democrática daqueles metros quadrados de pedra portuguesa, no coração da cidade. Entre os gigantes político-culturais, acirraram-se as disputas e o perímetro urbano se transformou em palco para as promessas mais reacionárias e mais revoltadas dos comícios políticos e arena para os conflitos mais violentos e mais pacíficos da sociedade e seus mecanismos de repressão.

Alguns dias ficam gravados no chão da Cinelândia como os “100 mil¹⁷”, o “1 milhão¹⁸” ou os “200” da Ocupa Rio¹⁹/OcupaCâmara²⁰ – ocupações urbanas que seguiram a tendência global de tomada local das praças como um exercício de democracia direta e horizontalização das relações humanas. Daquelas que quiseram fazer daquela praça uma casa comum, um espaço de troca permanente e uma fuga das grades que os aprisionavam fora das ruas.

Mais do que ponto de encontro, Cinelândia é passagem e é permanência. Ali passaram e passam todos os dias centenas de milhares de homens e mulheres perdidos entre a vastidão do Aterro do Flamengo e a imensidão da selva de concreto. Por ali passam o metrô, os ônibus e os taxis, carregando outras centenas de milhares de perdidos. Também desfilam os militares e bebem os foliões. Ali reúnem-se os tomadores de decisão e sofrem os indecisos.

17 Manifestação de 17 de junho de 2013.

18 Manifestação de 20 de junho de 2013.

19 A OcupaRio começou em 15 de Outubro de 2011 e aconteceu por mais de um mês.

20 A OcupaCâmara aconteceu do dia 9 de Agosto ate ser violentamente removida em 15 de Outubro de 2013.



Ocupa Câmara depois do Ato “7 de setembro dos excluídos”. 7/09/2013.
Foto: Pablo de Soto.

A praça do *comum* é constantemente privatizada, mas eternamente resgatada, reocupada, reencontrada. O espetáculo não está nos cinemas. Está no no chão, nas ocupações temporárias. Os atores somos todos nós. E os conflitos são todos os nossos.

ASSEMBLEIAS POPULARES

As assembleias populares são espaços de debate onde são levantadas e discutidas questões de interesse comum. Ao se pretenderem populares, procuram se manter abertas aos cidadãos em geral, tornando-se seus atores quando bem sucedidas. Ainda que não representem uma novidade, foi a partir das “jornadas de junho” e seus desdobramentos que o surgimento dessas assembleias conheceu um *boom*. Pipocando em diversas localidades do Brasil, em cidades de todos os portes, várias foram as assembleias que surgiram como uma reação, seja à postura do estado e dos grandes veículos de comunicação às manifestações que tomaram as ruas, seja à maneira como outros espaços de debate popular se organizavam e se organizam, seja à energia e ao recado impulsionado a partir das ruas. Uma das radicais novidades das assembleias é que são feitas no espaço público. O espaço público vira uma nova interface para a participação política. O espaço público vira espaço *comum*.

A Assembleia do Largo, no Centro do Rio, a Assembleia Popular Zona Sul III, no Largo do Machado e arredores, e a Assembleia Popular – Comissão Popular de Investigação dos ônibus, em frente à Câmara Municipal, são alguns exemplos das diversas formas em que se organizaram e/ou se organizam esses espaços.

Atraindo grupos os mais variados, de estudantes, professores, artistas, militantes de movimentos sociais, participantes dos cada vez mais numerosos coletivos, – e mesmo um grande número dos chamados “cidadãos comuns”, sem filiações prévias, pessoas não inseridas em qualquer instância organizada de participação política, incluindo-se aí cidadãos em situação de rua, – as assembleias populares parecem representar o desejo de protagonismo ou mesmo de participação direta de variados segmentos da população. Tal fenômeno expõe a tensão entre a energia participativa e a inércia política, entre o modelo representativo e a democracia direta, entre a verticalidade e a horizontalidade, entre o institucionalizado e o orgânico. A assembleia vira método, catalizador de processos.

DEFENDENDO O COMUM DO FUTURO

A escrita coral dos exemplos aqui apresentados é a primeira mostra de uma *ontologia em construção*, por definição incompleta, dos bens comuns da cidade de Rio de Janeiro. O que mais cabe no mapa carioca do comum? E na cartografia metropolitana, fluminense, dos bens comuns? E o que cabe no mundo que é local, no hiperlocal que é global, na *glocalidade* do Rio de Janeiro?

As respostas são múltiplas e podem ser enumeradas *ad infinitum*: a Baía de Guanabara e a luta dos pescadores pela sua defesa ambiental; as ocupações de índios urbanos propondo criar Universidade Indígena no antigo Museu do Índio (em frente ao estádio Maracanã); o Hospital Nise da Silveira virando um Hotel da Loucura aberto a novas experiências criativas; a luta do MST para chegar comida sem agrotóxicos para os moradores do coração da metrópole; a resistência das rodas de samba à privatização das ruas da cidade; o MarcoCivil para garantir a liberdade e neutralidade da rede na internet; o próprio *pool* genético da população...

Por isso, vale pensar o comum como imaginário com seus conceitos e definições abertas.

Possivelmente, tenha sido em Istambul - tornada em cidade rebelde - onde a multidão chegou mais longe nesta imaginação social, a partir da experiência de Gezi²¹. O arquiteto e doutor em geografia Ozan Karaman²², comparando as assembleias populares da Turquia com as da Espanha, Grécia e Estados Unidos se referia ao caso particularmente impressionante das práticas de *commoning* (fazer em comum) de Taksim como uma produção coletiva de espaço em que as pessoas já estavam produzindo ativamente um tipo diferente de vida urbana, um futuro comum urbano:

A luta de Gezi, portanto, não era simplesmente sobre a conservação de um bem comum existente, mas a defesa – por meio da produção – de um comum urbano futuro. Os ocupantes do Parque Gezi não foram apenas a esculpir um espaço de respiração protegido contra os imperativos do capitalismo, e aparelho repressivo do Estado, pois eles também estavam descobrindo e coproduzindo ativamente outras formas de espaço. É precisamente devido a este caráter aberto que o experimento Gezi pode contribuir para um repertório comum de estratégias na luta para expandir comuns futuros.

Se trouxermos esta reflexão sobre a defesa do futuro comum urbano para os acontecimentos do Rio de Janeiro em 2013, podemos pensar na luta dos professores do Estado²³, ou por exemplo, o papel das ocupações em relação

21 A partir de 1 de junho até a grande operação policial de 15 daquele mês, a Praça Taksim Square, Parque Gezi e seus arredores estavam livres de forças policiais. Durante duas semanas, o espaço público mais proeminente na Turquia permaneceu “desestatizado”. Centenas de barracas foram instaladas no parque. Grupos que representam uma variedade de causas, incluindo ambientalistas, feministas, kemalistas, socialistas, comunistas, islâmicos anticapitalistas, pró-Alevi, hackers, pró-LGBT e grupos pró-direitos para os curdos e torcedores dos times de futebol se basearam em diferentes seções do parque. Um segmento considerável de participantes da acampada não teve nenhuma afiliação preexistente com qualquer causa política, a maioria não tinha experiência prévia de manifestações públicas e confronto policial. Uma vida comum foi rapidamente estabelecida. Sinais escritos “o dinheiro não é válido” pode ser visto ao lado de barracas de comida, coletivamente operadas. Uma enfermaria, berçário, biblioteca, escritório de comunicação, e horta foram estabelecidas e executadas coletivamente. Através de reuniões, fóruns, oficinas, e, talvez mais importante, encontros espontâneos, as vontades produtivas de habitantes urbanos anônimos foram reunidos, drasticamente melhorando as capacidades da praça como bem comum.

22 KARAMAN, Ozan. *Defending the future commons: the Gezi Experience*. 2013.

23 Entre agosto e outubro de 2013, professores da rede estadual e municipal do Rio de Janeiro paralisaram suas atividades a fim de reivindicar melhores condições de trabalho (aumento salarial, autonomia pedagógica, mínimo de dois tempos por semana para cada disciplina, etc). Tiveram que

à segurança. A ocupação da Cinelândia – OcupaCâmara –, além de ter sido um espaço de encontro, de troca, de aulas públicas, de assembleias, teve o efeito, segundo Rodrigo Modenesi²⁴, de pacificar de fato a praça, reduzindo o número de assaltos, graças ao clima de convivência e afetividade criado pela ocupação.

À frente também da imaginação social dos bens comuns futuros, está a o passe livre²⁵ ou tarifa zero²⁶, uma ideia que tem como fundamento o entendimento de que o transporte é um direito fundamental. O direito à mobilidade urbana assegura o acesso das pessoas aos demais direitos, como saúde, educação e lazer. Para a maioria das pessoas, o acesso aos direitos fundamentais só pode ser concretizado através do transporte coletivo. Ou seja, para assegurar que o conjunto da população possa desfrutar dos direitos previstos na constituição, o transporte precisa ser público e gratuito.

Mas o desafio em andamento para a cidadania rebelde, de Istambul ou Rio de Janeiro, começa com continuar as conquistas²⁷ do 2013, o ano quando se voltou a falar do direito à cidade, entendido como aquele que envolve a capacidade de a multidão controlar, dirigir, orientar o processo de urbanização, o direito de controlar os processos que determinam a reordenação e configuração da cidade. Em relações sociais urbanas dominadas pelas gangues do capitalismo financeiro, parece razoável pensar que uma parte das opções passa pela intensificação de um internacionalismo metropolitano de baixo a cima, que possa partir do *comum* como hipótese política para inventar novas formas de instituições permanentes na cidade. Novas funções legislativas, executivas e judiciais – que possibilitem um outro modelo de desenvolvimento baseado na defesa do *comum*.

resistir à truculência da Polícia que, na desocupação da Câmara dos Vereadores, chegou a prender três manifestantes e a agredir cerca de vinte professores.

24 MODENESI, Rodrigo. “Ocupações são usinas produtivas”, Site da *Universidade Nômade*, 8 de outubro de 2013. Disponível em <<http://uninomade.net/tenda/ocupacoes-sao-usinas-produtivas/>>

25 Símbolo do passe livre é a luta contra o próprio dispositivo da “catraca” e a demanda “por um Brasil sem catracas”.

26 Tarifa Zero é uma proposta de mudança na forma de financiamento do transporte coletivo, que extingue a cobrança do usuário no momento do uso. A premissa do projeto é que o transporte é um direito social e como tal deve ser financiado por toda a sociedade. Mais de 30% da evasão escolar no Brasil acontece por falta de dinheiro para pagar o transporte, conforme *Tarifa Zero Belo Horizonte*: <<http://tarifazerobh.org/wordpress/fac/>>

27 No Rio de Janeiro as conquistas incluem a permanência de vários edifícios do Complexo Maracanã que não foram derrubados, e várias comunidades que continuam resistindo a remoção.

Compartilhando táticas e aspirações, Istambul e Rio são laboratórios visíveis desse conflito que acontece numa escala global na cidade genérica contemporânea. Vale lembrar que o *shopping center* na Praça Taksim não pôde ser construído pelos seus poderosos promotores; as árvores do parque Gezi continuam em pé; e os 20 centavos do valor do aumento de passagem do ônibus no Rio de Janeiro (e muitas outras cidades no Brasil), multiplicados por milhões de viagens durante estes meses, não foram parar nas contas bancárias dos donos do cartel do transporte metropolitano e permanecem nos bolsos da população.

REFERÊNCIAS

HARDT, Michael. NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. El proyecto de una revolución del común. 2010.

HARVEY, David. *Ciudades rebeldes. Del Derecho de la ciudad a revolución urbana*. 2012.

